



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

DESPACHO

Senhor Diretor-Geral,

Trata-se de contratação do curso fechado a distância "Administração Judicial para Cartórios", promovido pela empresa Marpel e Empreendimentos S/A, para 77 (setenta e sete) servidores do Tribunal, com carga horária total de 44 horas, nos termos propostos no documento nº 2784603.

Tendo em vista a proposição da despesa no valor de **R\$ 47.832,00 (quarenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais)**, em favor da empresa **Marpel e Empreendimentos S/A**, referente à contratação supracitada, informamos que há disponibilidade orçamentária.

Ressaltamos que a despesa é compatível com o Plano Plurianual (PPA) - Lei n.º 13.971/2019, de 27/12/2019 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n.º 14.194/2021, de 20/08/2021, e tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) - n.º 14.303/2022, de 21/01/2022.

Acolhendo o Parecer AJDG nº 273/2022, documento retro, com fulcro no art. 4º, inc. II, da Portaria nº 227/2021 da e. Presidência, **reconheço a situação de inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art. 13, inc. VI, ambos da Lei nº 8.666/93, observando-se as exigências do art. 26 da Lei nº 8.666/93, como condição para a eficácia dos atos, inclusive no que tange à publicação oficial.

Nestes termos, encaminhamos os autos para autorização da despesa e ratificação da situação de inexigibilidade de licitação, conforme proposto.

À consideração superior.

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças



Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA SILVA COSTA, Secretário(a), em 25/05/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2945250** e o código CRC **DDADCACB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
DIRETORIA-GERAL

DESPACHO

À Coordenadoria de Orçamento - COR,

Trata-se de contratação do curso fechado a distância "Administração Judicial para Cartórios", promovido pela empresa Marpel e Empreendimentos S/A, para 77 (setenta e sete) servidores do Tribunal, com carga horária total de 44 horas, nos termos propostos no documento nº 2784603.

Consoante Parecer da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral - AJDG, documento nº 2849783, consideram-se presentes os requisitos necessários à configuração da hipótese de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93.

A Secretaria de Gestão Administrativa - SGA informa que a contratação foi prevista no Plano de Aquisições 2022, documento nº 2672068.

Ressalta que, para fins de comprovação dos preços praticados, foram anexados aos autos documentos comprobatórios de contratações anteriores, apurando-se que o preço ofertado ao Tribunal é compatível com aqueles praticados pela empresa no mercado, documento nº 2784603.

Diante do exposto, considerando as manifestações dos setores técnicos e a disponibilidade orçamentária certificada pela SOF no documento nº 2945250, com fulcro no art. 2º, inciso I, da Portaria nº 227/2021, da eg. Presidência, autorizo a despesa no valor de **R\$47.832,00 (quarenta e sete mil oitocentos e trinta e dois reais)**, a favor da empresa **Marpel e Empreendimentos S/A**, referente à contratação do curso fechado a distância "Administração Judicial para Cartórios", para 77 (setenta e sete) servidores do Tribunal, com carga horária total de 44 horas, nos termos propostos pela Seção de Compras - SCOMP no documento nº 2784603.

Em observância ao disposto no art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o despacho exarado pela Sra. Secretária de Orçamento e Finanças, no documento nº 2945250, que reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, c/c art.13, VI, da Lei nº 8.666/93, para a contratação aqui tratada, devendo ser observadas as disposições do art. 26 da mencionada Lei como condição para a eficácia dos atos, inclusive no que tange à publicação oficial.

A documentação da empresa encontra-se regular e atualizada, documentos nº 2740605, nº 2968630 e nº 2968920.

A despesa é compatível com o Plano Plurianual (PPA) - Lei n.º 13.971/2019, de 27/12/2019 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) n.º 14.194/2021, de 20/08/2021, e

tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) - n.º 14.303/2022, de 21/01/2022.

MAURICIO CALDAS DE MELO
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO CALDAS DE MELO, Diretor(a) Geral**, em 26/05/2022, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2968995** e o código CRC **33BF3E58**.

0013044-44.2021.6.13.8000

2968995v1